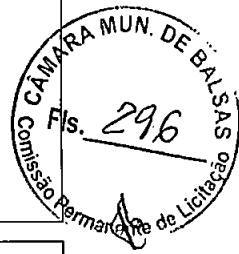


CÂMARA MUNICIPAL DE
BALSAS-MA

um legislativo para todos

Comissão Permanente de Licitação - CPL



COMUNICAÇÃO INTERNA – C.I.

Nº 89/2021

DA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PARA: ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

ASSUNTO: Análise Processo Licitatório

Balsas/MA, 10 de setembro de 2021

A Sua Senhoria, a Senhora
Dra. NATALIA GIMENES DE SOUZA MARTINS
Assessora Jurídica da Câmara Municipal

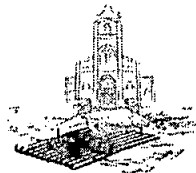
Senhora Assessora Jurídica,

Em atendimento ao art. 38, VI, da Lei nº. 8.666/93, encaminho a Vossa Senhoria, para análise e parecer, o Procedimento Licitatório nº 58/2021, na modalidade **Pregão Presencial SRP nº 11/2021**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionados instalados no Prédio sede deste Poder Legislativo e aquisição de peças e componentes para os mesmos, para o atendimento da demanda da Câmara Municipal de Balsas/MA.

EMPRESA ADJUDICADA:

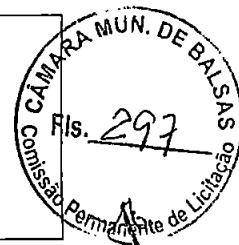
D VIEIRA DA SILVA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 23.177.062/0001-79, valor total de R\$ 91.836,99 (Noventa e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e noventa e oze centavos).

Atenciosamente,




CÂMARA MUNICIPAL DE
BALSAS-MA

um legislativo para todos

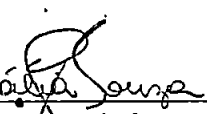


Comissão Permanente de Licitação - CPL


Maecil Brito de Sousa Moura
Pregoeira/Presidente da CPL
Portaria nº 189/2021

Recebido em: 40 / 09 / 2021

Obs:


Assinatura e carimbo

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 27/2021/ASSEJUR/CMB

PROCESSO Nº. 58/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2021

OBJETO: Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado instalados no prédio sede deste Poder Legislativo, e aquisição de peças e componentes para os mesmos.

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão Presencial. Análise Final. Fase de Credenciamento. Regularidade Formal. Adjudicação e Homologação.

I. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, na qual se requer análise jurídica do processo licitatório em *epígrafe*, objetivando a **Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado instalado em prédio de sede deste Poder Legislativo, e aquisição de peças e componentes para os mesmos**, para a atendimento da demanda da Câmara Municipal de Balsas/MA, conforme as condições e especificações constantes do Termo de Referência.

Com o intuito de que seja verificada a legalidade e regularidade dos procedimentos adotados, foram encaminhados os autos para emissão de parecer dessa assessoria para que se conclua sobre a adjudicação e consequente homologação do processo licitatório para contratação do serviço objeto do contrato.

É o relatório, passo a opinar.

Na hipótese versada, não se vislumbra qualquer vício formal ou material que possa macular o presente procedimento licitatório, uma vez que todos os cuidados necessários e essenciais à validade do certame foram observados.

Conforme se vê dos autos, resta demonstrada a necessidade devidamente justificada para aquisição do objetos licitado e há previsão confirmada de recursos financeiros para tanto.

Após análise minuciosa por esta Assessoria Jurídica e já definido o objeto da licitação, depreende-se que a contratação escolheu a modalidade devida, ou seja, Pregão Presencial, devido o objeto da licitação se tratar de bem comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, como é o caso.

mt

ASSESSORIA JURIDICA



○ edital e seus anexos também se encontram devidamente analisados e aprovados por esta Assessoria Jurídica com publicação de seus termos de modo a observar a ampla publicidade intrínseca ao processo licitatório, observados os prazos legais.

Na exata data da sessão pública, a Pregoeira declarou aberta a sessão e imediatamente passou para a fase de credenciamento, onde foi constatada a presença da empresa D. VIEIRA DA SILVA EIRELI-ME, sendo devidamente credenciada. Encerrada a fase de credenciamento, passou para a fase de pré-classificação, ocorrendo a abertura dos envelopes e diante da proposta estar adequada, passou para a fase de classificação. Após a classificação provisória das vencedoras, seguiu para a fase da habilitação, a empresa vencedora apresentou a documentação exigida, cumprindo os requisitos editais para a habilitação.

Tendo em vista que não houve demonstração de interesse em recorrer, a Pregoeira adjudicou o objeto do certame. Possível, portanto, que o objeto da licitação seja adjudicado pelo Pregoeiro à empresa vencedora.

Esta comprovada nos autos, que o Aviso de Licitação foi devidamente publicado, conformidade com o disposto no inciso I do art. 4º da Lei n. 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º ;

Ademais, o preço obtido é condizente com a pesquisa de mercado realizada antes da publicação do edital. A pesquisa de mercado realizada com três empresas permitiu estabelecer um parâmetro, estando os valores correspondentes a média de mercado, obtido pela pesquisa de preço.

Com efeito, o certame foi processado em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, proibição de administração, da vinculação a instrumento convocatório e julgamento objetivo, assegurada, a isonomia necessária.

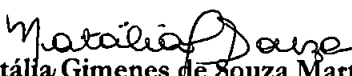


ASSESSORIA JURÍDICA

Em face do exposto, estando preenchidos os requisitos legais para tanto, opina esta Assessoria Jurídica pela **HOMOLOGAÇÃO** da licitação, com a conseqüente convocação das licitantes vencedoras para assinarem o instrumento contratual, com a continuidade de todos os atos de estilo, em forma e condições especificadas no edital e seus anexos.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Balsas-MA, 10 de setembro de 2021.


Natália Gimenes de Souza Martins
Assessora Jurídica – CMB
OAB-MA nº 13.773
Mat. 242